



ARTIGO ARTICLE

Para além da instabilidade no Haiti: intervenção internacional, neocolonialismo, violência e os impactos sobre as mulheres

Beyond Instability in Haiti: International Intervention, Neocolonialism, Violence, and the Impacts on Women

Más allá de la inestabilidad en Haití: intervención internacional, neocolonialismo, violencia e impacto en las mujeres

■ Alice Maria dos Santos Gomes¹

e-mail: alicemagoges@outlook.com

■ Patricia S. Rivero²

e-mail: pathriv@gmail.com

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo analisar a situação em que o Haiti se encontra a partir da perspectiva da teoria do sistema-mundo, assim como teorias decoloniais e feministas, a fim de compreender como as dinâmicas estruturais e a violência atual impactam as mulheres do país, evidenciando o aspecto de gênero na crise haitiana. O artigo busca compreender como a tentativa de dominação neocolonial dos países do centro (ocidentais) sobre o Haiti, através de intervenções internacionais durante o século XX e nas primeiras décadas do século XXI, são fatores estruturantes da crise e estão imbricadas na conjuntura atual de violência do país. Demonstrou-se que a crise haitiana é resultado de processos históricos e contemporâneos, e que a proteção das populações mais vulneráveis como no caso das mulheres, não depende de intervenções humanitárias, mas de transformações institucionais profundas na esfera internacional, que reconheça o Haiti como Estado soberano, dotado de capacidade institucional, bem como o reconhecimento efetivo dos direitos fundamentais e da autodeterminação do povo haitiano.

Abstract

This study aims to analyze Haiti's current situation through the lens of world-systems theory, as well as decolonial and feminist theories, in order to understand how structural dynamics and ongoing violence impact the country's women, thereby highlighting the gender dimension of the Haitian crisis. The article seeks to understand how attempts at neocolonial domination of

Palavras-chave: Haiti, intervenção internacional, neocolonialismo, neoliberalismo, violência de gênero.

Keywords: Haiti, international intervention, neocolonialism, neoliberalism, gender-based violence.

Palabras clave: Haití, intervención internacional, neocolonialismo, neoliberalismo, violencia de género.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestranda em Sciences humaines et sociales, mention en Études du développement, parcours Crises, développement soutenable et genre, no Institut d'Études du Développement de la Sorbonne (IEDES), da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Este artigo é uma continuidade da pesquisa realizada para o meu trabalho de conclusão de curso durante a graduação, que foi realizado em 2023.

² Graduação em Sociologia e Pesquisadora na Área de Gênero (UDELAR, 1990-1996), Mestrado e Doutorado em Sociologia (IUPERJ 1994-2000, Brasil), Pós-doutorado Université de Bourgogne (França, 2006) e Johns Hopkins University (USA, 2022), Professora Associada do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH/PPDH/UFRJ 2009-atual). Orientadora de Alice Maria Gomes, Bolsa de Pesquisa PIBIC/UFRJ (2022-2023).

Haiti by core (Western) countries—manifested through international interventions during the 20th and early 21st centuries—serve as structural factors of the crisis and are deeply intertwined with the country's current climate of violence. It demonstrates that the Haitian crisis stems from both historical and contemporary processes and that protecting the most vulnerable populations—such as women—depends not on humanitarian interventions, but on profound institutional transformations at the international level. These transformations must recognize Haiti as a sovereign state with institutional capacity, while also ensuring the effective recognition of the Haitian people's fundamental rights and right to self-determination.

Introdução

Há alguns anos o Haiti atravessa um contexto de grave adversidade, marcada por instabilidade política, profundas desigualdades socioeconômicas e violência, cujas raízes se estendem desde a colonização até o contexto atual de capitalismo neoliberal. O histórico de intervenções estrangeiras, somados à cumplicidade de elites políticas autoritárias locais, e implementação de receitas neoliberais, resultou em um desmantelamento progressivo da capacidade do Estado de prover segurança, serviços básicos e direitos fundamentais à população.

Este artigo se organiza em três eixos principais: primeiro, uma introdução histórica sobre sistema-mundo e o Haiti; segundo, uma análise do histórico de intervencionismo e do neoliberalismo como fatores estruturais da crise; terceiro, os impactos da violência sobre mulheres, incluindo violência armada, deslocamentos forçados e insegurança urbana.

Ao situar o Haiti no contexto global e local das assimetrias de poder, este artigo busca contribuir para a compreensão das dimensões históricas, políticas e sociais da crise atual, destacando a necessidade de abordagens que integrem a perspectiva de gênero, a justiça social, os direitos humanos, com a autodeterminação dos haitianos e o fortalecimento institucional para enfrentar de forma efetiva os desafios contemporâneos do país.

Colonização, independência, intervenção: o Haiti no sistema-mundo

Localizado no mar caribenho, entre a América do Sul e a América do Norte, o Haiti é um pequeno país na Ilha de Hispaniola – tendo como vizinho a República Dominicana, com a qual compartilha uma fronteira terrestre a leste. A Ilha de Hispaniola, que concentra os dois países, foi, inicialmente, tomada e anexada pela Espanha, em sua busca desenfreada por metais preciosos e especiarias. A população indígena da ilha, os povos Tainos, foi submetida a trabalhos forçados e a inúmeras violências, como fome, violência sexual e assassinatos – o que fez com que a população indígena diminuísse quase que completamente em curto tempo (James, 2000). Em 1695, com a assinatura do Tratado de Ryswick, entre Espanha e França, os franceses receberam o direito de ocupação do lado ocidental

Artigo Article

da Ilha de Hispaniola, chamando-a de São Domingos, o atual Haiti (James, 2000).

Se analisarmos esse período utilizando como arcabouço teórico metodológico a teoria do sistema-mundo capitalista, compreendemos que o capitalismo é um sistema social histórico que visa a acumulação e a auto-expansão de capital, por meio de uma vasta mercantilização dos processos sociais e econômicos, tais como o processo de produção, de troca e de investimentos (Wallerstein, 2001). Tal busca por acumulação de capital, marca do capitalismo histórico, possui como uma de suas bases uma profunda divisão entre grupos sociais e espaços geográficos, reproduzindo uma divisão social do trabalho, que proletariza os trabalhadores; estão também em suas bases o racismo e as divisões de gênero. A hierarquização espacial ocorre através da divisão internacional do trabalho, que determina uma cisão entre centro e periferia, sobretudo através de maneiras diferentes de desenvolvimento, níveis de renda e qualidade de vida, sendo os países do centro locais de expressão máxima da acumulação de capital (Wallerstein, 2001).

Tal relação se estrutura a partir de desigualdades regionais entre centro, periferia e semiperiferia, regiões com contextos socioculturais diferentes, mas que nutrem uma relação de interdependência e que – através de um sistema de trocas desiguais – faz com que as áreas centrais sejam mais privilegiadas e favorecidas, em detrimento das áreas periféricas (Wallerstein, 2001). Os países do centro, ao concentrarem atividades de alto valor agregado, reproduzem o seu domínio no sistema-mundo capitalista, através dos mercados financeiros, industriais e parques tecnológicos, por exemplo. É essa hierarquia de poder mundial, de acordo com o sociólogo Immanuel Wallerstein (1974), que possibilita o processo de acumulação de capital em escala global, nutrindo um sistema de dominação e de exploração dos países da periferia, limitados a um desenvolvimento subordinado aos interesses do centro. Nesse sentido, a violência colonial e o colonialismo, legitimados por teorias racistas e pseudo-científicas, foram armas fundamentais de dominação utilizadas pelos países centrais contra as populações da periferia do sistema-mundo.

A ocupação de São Domingos, ocorrida em um contexto internacional de expansão do sistema-mundo capitalista e de competição entre as potências coloniais (Reino Unido, França e Espanha), se alinham com os interesses coloniais franceses. Segundo o historiador Laurent Dubois (2004), a escravidão era o coração do capitalismo mercantilista, que, em seu processo de expansão, absorvia diversas áreas do mundo “[...] enriquecendo a Europa, devastando a África e promovendo uma rápida expansão das Américas.” (Dubois, 2004, p. 1, tradução nossa). A colônia de São Domingos produziu tamanha rentabilidade, sobretudo através do comércio do açúcar, que foi apelidada de Pérola das Antilhas, produzindo lucros elevados por décadas, baseada na exploração violenta da força de trabalho dos negros escravizados (Dubois, 2004).

Ao abordar a situação dos negros escravizados nas colônias, Achille Mbembe, em sua obra “Crítica da Razão Negra” (2022), afirma que o escravizado tem um papel fundamental no processo de acumulação a nível global. Isso ocorre através de um mecanismo de “captura, esvaziamento e objetificação”, que pelo uso da força, os impede de viver livremente e os priva de tudo que eles produzem, como os frutos do seu trabalho, suas produções intelectuais e até mesmo seus filhos (Mbembe, 2022, p. 94).

Nesse contexto, os lucros com o comércio do açúcar continuavam em alta e às vésperas da revolução, em 1790, a colônia seguia importando um número elevado de escravizados (Dubois, 2004), o que fazia com que fosse difícil para os colonizadores prever o desmantelamento da sociedade escravista – sustentada por um equilíbrio de forças entre os proprietários, a burguesia francesa e a burguesia inglesa. Como aponta C.L.R James (2000), em São Domingos, os escravizados e ex-escravizados se revoltaram pelo profundo desejo de serem livres, e sabiam que o processo revolucionário seria a única saída.

Em sua obra “Sair da Grande Noite: Ensaio Sobre a África Descolonizada” (2014), Achille Mbembe menciona a importância do feito do Haiti:

Na história negra, o Haiti representa o primeiro lugar onde essa ideia moderna se materializa. Entre 1791 e 1804, escravos e ex-escravos erguem-se e edificam um Estado livre sobre as cinzas daqueles que, quinze anos antes, era a colônia mais rentável do mundo. [...] A Revolução Francesa afirmara o caráter inalienável do direito dos povos à independência e à soberania. É o Haiti, « a primogênita de África », mas também « a primogênita da descolonização » que outorga, pela primeira vez, a esse princípio o seu alcance universal. Com um gesto puramente soberano, os escravos negros devotam-se de corpo e alma ao postulado da igualdade de todos os seres humanos. Esse gesto soberano é simultaneamente um acto de abolição cuja dimensão histórica foi objecto de copiosos comentários, mas cujo caráter de fenómeno ainda está por decifrar (Mbembe, 2014, p. 53).

Em janeiro de 1804, o Haiti declara sua independência, após mais de uma década de guerra. As forças haitianas, formadas por escravizados e ex-escravizados, derrotaram sucessivamente os exércitos britânico, espanhol e francês. A nação haitiana nasceu sendo produto do processo revolucionário (Casimir e Mignolo, 2020, p. 332), sendo pioneira em uma revolução bem-sucedida contra forças coloniais. O Haiti nasce justamente de uma tentativa de romper abruptamente com o racismo, com o colonialismo e com a escravidão. Segundo Dubois (2004), é a partir da Revolução Haitiana que passamos a ter um conceito pioneiro de humanidade e dignidade que contempla todos os seres humanos, base dos direitos humanos na sua forma atual. É a partir do Haiti que a noção de cidadania é ampliada para além da raça, universalizando o termo através de uma definição universal de ser humano (Dubois, 2004).

Tendo em vista seu impacto e simbologia, a Revolução Haitiana provocou um grande temor nas potências coloniais da época (Andrade, 2016, p. 176), inclusive na América Latina (e no Brasil), onde temia-se que a revolução se espalhasse pela região e pudesse provocar revoltas de escravizados. De acordo com Ricardo Seitenfus (2014), o Haiti sofreu um isolamento forçado, além de sofrer com boicotes e sanções que tinham como objetivo estrangular a economia do país recém-formado. Em sua obra “Haiti Dilemas e Fracassos” (2014), Seitenfus aponta que:

Artigo Article

O pecado original do Haiti, na cena mundial, é sua liberação. Os haitianos cometeram o inaceitável em 1804: um crime de lesa-majestade para um mundo inquieto. O Ocidente era, na época, colonialista, escravocrata e racista. Sustentava-se com a exploração das terras conquistadas. Assim, o modelo revolucionário haitiano assustou as grandes potências colonialistas e racistas. Os Estados Unidos somente reconheceram a independência do Haiti em 1862 e a França exigiu pesada compensação financeira para aceitar essa libertação. Logo, a independência é comprometida e o desenvolvimento entravado. Desde então o mundo nunca soube como tratar o Haiti e resolveu ignorá-lo. Iniciaram-se então os 200 anos de solidão do Haiti no cenário internacional (Seitenfus, 2014, p. 22).

De 1915 a 1934, os Estados Unidos ocupam o Haiti militarmente e “passaram a ter poder de veto sobre todas as decisões de governo dos haitianos” (Andrade, 2016, p. 181), através de um governo fantoche alinhado com os interesses dos ocupantes – o que o historiador Everaldo Andrade (2016) classifica como uma tentativa de recolonização do país. De acordo com Andrade, tal ocupação teria servido de laboratório de política externa para os Estados Unidos da América (EUA), que vinha se apresentando como uma potência e tinha interesses imperialistas no Caribe e na América Latina (Andrade, 2016, p. 178). Os interesses estadunidenses na região esbarravam com os interesses de outras potências como Inglaterra, França e Alemanha, países também estabelecidos na região e que, diferentemente da competição que ocorria no século XIX (marcada por um capitalismo concorrencial, expansão territorial e economia), no início do século XX, era o imperialismo, como fase superior do capitalismo, que marcava essa relação entre as potências, caracterizado por “uma maior concentração e centralização de capitais monopolistas e sua articulação estatal e expansão mundial por novos mercados.” (Andrade, 2016, p. 179).

Entre as ações implementadas pelos EUA através do governo fantoche destacam-se a dissolução do parlamento, a censura de meios de imprensa e comunicação, uso de inteligência militar como forma de intimidação, perseguição e assassinato de opositores, de jornalistas e de camponeses, além da perseguição da religião vodu, com o impedimento de cerimônias e confisco de instrumentos utilizados (Andrade, 2016, p. 182).

Segundo Andrade (2016), o racismo dos ocupantes marines, estadunidenses era latente; “Muitos eram sulistas dos EUA, já com preconceitos raciais consolidados contra os negros” (Andrade, 2016, p. 183). Todo preconceito contra os haitianos era muito bem documentado pelos marines através de documentos, entrevistas em revistas, falas dos secretários de Estado William Brian e Robert Lansing, por exemplo; além de grande parte das atrocidades cometidas no Haiti terem sido documentadas nos debates feitos pelo congresso dos EUA (Andrade, 2016, p. 184).

“A invasão possuía objetivos materiais e econômicos muito concretos ainda que muitas vezes tenha sido revestida pelo discurso civilizador. Era necessário, para isso, afastar todos os obstáculos entre os quais a pedra angular da soberania haitiana. Em junho de 1918, um plebiscito intimidou os eleitores haitianos a aprovarem uma nova constituição escrita pelos ocupantes por 98.225 votos contra 768 (ABBOTT, 1988, p. 41). A principal novidade do documento – o artigo permitindo a estrangeiros serem proprietários de terras – revogava um ato histórico de Dessalines em 1804 que proibia a propriedade da terra por estrangeiros. Agora se abria caminho para a recolonização do país”. (Andrade, 2016, p. 184).

As resistências vieram sobretudo dos camponeses e pequenos proprietários, através das resistências armadas dos Cacos, que duraram até 1929, derrotados pela superioridade militar dos EUA e também por pouco apoio internacional e isolamento dos camponeses perante a burguesia interna (Andrade, 2016). Outros movimentos nacionais, compostos por intelectuais e artistas haitianos, surgiram após a derrota dos Cacos – buscando uma aproximação com a herança africana e a construção de uma nova identidade nacional, contra o racismo e contra a ocupação dos EUA no país – com influência também do Movimento Negritude, de Aimé Césaire. É também na década de 1930 que surge o Griots, tendo como principais lideranças Lorimer Denis e François Duvalier, movimento cujo projeto político se materializa com a instauração da ditadura de François Duvalier, de 1957 a 1986, marcado por seu caráter autoritário, racista e conservador (Andrade, 2016, p. 192).

Esse cenário evidencia que o Haiti vem sofrendo, desde a sua fundação, com tentativas de dominação por parte dos países do Centro do sistema-mundo, materializado, principalmente, pela atuação da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos, posteriormente. Além de tentarem impedir o Haiti de se tornar independente, atuaram também contra as lutas de descolonização ocorridas no continente africano e asiático, a partir da década de 1960 – tentando sufocar através da violência, de indenizações exorbitantes, de bloqueios econômicos, e sanções (ou apoiando elites locais autoritárias), a fim de asfixiar as tentativas de independência e autodeterminação dos países da Periferia, como o Haiti.

Intervencionismo, neoliberalismo e as crises político-econômicas e sociais no Haiti

O final do século XX e o início do século XXI são marcados pela imposição do neoliberalismo, promovida sobretudo pelos países centrais do sistema-mundo, com o destaque para o governo dos Estados Unidos, sobre os países periféricos. O contexto internacional é marcado pela guerra fria, as crises do petróleo e a desvalorização do dólar. Isso ocorreu, principalmente, através da atuação de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, seguindo recomendações do Consenso de Washington. Esse período pode ser compreendido como o momento da “globalização dos mercados, da privatização do mundo [...] da crescente complexificação da economia financeira, do complexo militar pós imperial e das tecnologias eletrônicas e digitais” (MBEMBE, 2022, p. 15).

Achille Mbembe (2022) define o neoliberalismo como,

Artigo Article

A época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, engrenou-se em um movimento de escalada, baseado na visão segundo a qual “todos os acontecimentos e todas as situações do mundo da vida (pode) ser atribuído um valor no mercado”.¹¹ Esse movimento também se caracteriza tanto pela produção da indiferença, a paranóica codificação da vida social em normas, categorias e números, quanto por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais.¹² Assombrado por uma dupla desgraça, o capital, sobretudo financeiro, define-se agora como ilimitado, não só do ponto de vista dos seus fins como também dos seus meios.¹³ Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da “fabricação de todas as relações de filiação”, procura multiplicar-se “por si mesmo” numa série infinita de dívidas estruturalmente insolvíveis (Mbembe, 2022, p. 15).

Por volta da década de 1990, a América Latina passou a ser palco de implementação de políticas neoliberais e no Haiti não foi diferente. Segundo o pesquisador Wisly Joseph (2023), o ano de 1986 é significativo não apenas pelo fim da ditadura da família Duvalier, que perdurava no país desde 1957, mas também porque é a partir desse momento em que as exigências neoliberais começam a ser impostas ao país através da atuação de potências dominantes, como Estados Unidos e França, e das instituições financeiras internacionais. Como resultado, ocorreram inúmeras privatizações de empresas estratégicas do país, entre elas a EDH (empresa do setor de eletricidade), a Teleco, o Banco Nacional de Crédito (BNC), o Banco do Povo Haitiano (BHP), entre outras³. Além disso, de acordo com Joseph (2023), algumas medidas socioeconômicas tomadas prejudicaram igualmente a segurança alimentar dos haitianos, cuja população camponesa era bastante significativa. Entre tais medidas, destacam-se a decisão de eliminar os porcos crioulos criados pelos camponeses (substituindo-os por porcos rosas, menos adaptados ao país), o que para grande parte dos camponeses era o único meio de subsistência; e a derrubada dos direitos e quotas de importação, ocasionando um excedente de produtos agrícolas estadunidenses no país, como milho, açúcar e arroz. Para Joseph, tais medidas contribuíram para o empobrecimento dos camponeses, prejudicando a capacidade do país de ser autossuficiente – efeitos esses que, persistem até hoje.

Segundo a socióloga Denyse Côté (2015), foi através de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que os Estados Unidos continuam atualmente a sua dominação sobre o Haiti, bem como através da atuação de uma “comunidade internacional” marcada de um discurso altruísta e pela imagem de um “salvador ocidental” (Côté, 2015, p. 3). Quando ocorreu o terremoto em 12 de janeiro de 2010 no Haiti, há, segundo a autora, uma explosão da presença estrangeira no país, que já contava com a força internacional da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), além da presença de diversas ONGs internacionais. “O terremoto também atraiu numerosos utopistas estrangeiros e

³ JOSEPH, Wisly. **História da crise sócio-política no Haiti: como tudo chegou ao ponto atual?**. Le Monde Diplomatique Brasil, 18 maio 2023. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/historia-da-crise-socio-politica-do-haiti-como-tudo-chegou-ao-ponto-atual/>>. Acesso em 02 ago 2026

peessoas farejando um bom negócio, cada qual trazendo consigo sua parcela de problemas e sua própria versão do projeto ocidental.” (Côté, 2015, p. 3, tradução nossa).

Para Côté (2015), embora haja organizações internacionais que, de fato, possuem um trabalho importante, é necessário considerar que a ação, muitas delas, vestidas de “ajuda internacional” são, na verdade, marcadas por interesses e práticas neocoloniais, além de motivações geoestratégias. Tais motivações, no caso do Haiti, “trata-se dos Estados Unidos, dos interesses financeiros dos países doadores, das agências de desenvolvimento e dos cooperantes ou voluntários” (Côté, 2015, p. 3, tradução nossa).

“Cabe também lembrar que a ajuda internacional prestada não é desprovida de interesses: ela está imbricada em interesses geoestratégicos. [...] Em todos esses casos, a ajuda humanitária assume uma natureza monetária e técnica e provém do exterior, não levando em consideração os recursos endógenos. Os problemas abordados são concretos, as necessidades são consideradas “imediatas” e as soluções são estruturadas em projetos passíveis de financiamento de forma eficiente.” (Côté, 2015, p. 3, tradução nossa).

Esse aspecto reforça a compreensão de que a atuação dos países ocidentais no Haiti, seja diplomaticamente ou através de suas organizações e agências internacionais (bem como a atuação de ONGs internacionais), se mantém em uma dinâmica de dominação, de tutela e de imposição sobre o país. A concepção de que uma possível solução para os problemas presentes na sociedade haitiana poderia vir a partir de uma intervenção estrangeira, visão está muito presente nos países ocidentais, se mostra, nesse sentido, marcada por interesses neocoloniais e imperialistas – intervenções essas que já se mostraram ineficazes e inadaptadas ao contexto e a realidade Haitiana⁴. Um exemplo recente e muito emblemático foi a atuação da “comunidade internacional”, representados pelos países parte do *Core Group* – Estados Unidos, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), União Europeia e representações diplomáticas de França, Canadá, Brasil, Alemanha e Espanha, –, em não apenas barrar, mas também minar e rejeitar a solução haitiana para a crise, materializada no Acordo de Montana (2021)⁵. Após anos de intervenções no Haiti nada foi aprendido? Não seriam os Haitianos aptos para propor soluções para a sua sociedade? Não possuem eles o saber necessário? Muito mais do que questionamentos, tal situação parece se aproximar, na realidade, cada vez mais da afirmativa do sociólogo Jean Casimir, em entrevista publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU)⁶, em 2023, em um contexto em que a violência urbana e a multiplicação de grupos armados já avançava na capital Porto-Príncipe:

⁴ Ver o seguinte artigo: Seitenfus, Ricardo. “O buraco negro da consciência ocidental”. Letras de Hoje 50, n. 5 (2016): 62. <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23140>.

⁵ O Acordo de Montana foi um acordo político, assinado em 30 de outubro de 2021, entre as importantes organizações da sociedade civil haitianas, partidos civis e organizações populares, que tinham como intuito propor “uma saída haitiana para a crise” que o país se encontrava após o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021. O documento apresenta uma série de recomendações para os diversos setores da administração pública e da sociedade, além de apostar na composição de um governo de transição. Tais propostas foram rejeitadas pelos países do Core Group, conselho formado por representantes da ONU, da OEA, pelos Estados Unidos, França, Canadá, Espanha, Brasil e Alemanha.

⁶ “Há países que nunca permitirão que nós, haitianos, dirijamos o Haiti”. Entrevista com Jean Casimir. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628981-ha-paises-que-nunca-permitirao-que-nos-haitianos-dirijamos-o-haiti-entrevista-com-jean-casimir%3E>>. Acesso em: 17 ago. 2026.

Artigo Article

“[...] Quem você acha que é o poder imperial na América Latina? Desde 1915, quando os Estados Unidos tomaram o poder, nenhuma pessoa conseguiu ser presidente do Haiti sem que dessem o sinal verde. O único exemplo é Aristide, que não durou dois anos, antes que recebesse deles um golpe de Estado.

E agora o povo vota conforme recebem dinheiro ou não, porque viu que essa democracia é um puro conto, que há países que jamais permitirão que nós, haitianos, dirijamos o Haiti. Estados Unidos, França, Canadá, Inglaterra, eles mandam, simples assim. E, então, as oligarquias, como não há instituições, vão adquirindo exércitos privados e assim essas gangues vão crescendo.” (Casimir, 2023)

Tal abordagem dos países ocidentais, além de expressar um olhar condescendente sobre os Haitianos, produz também efeitos maiores: contribui para o enfraquecimento do papel do Estado e das suas instituições, visto que a ausência de legitimidade dos governantes apoiados pela comunidade internacional, gera um distanciamento da população local. Um exemplo, foi quando os EUA e os países citados optaram por apoiar Ariel Henry, em 2021, como governo interino, figura que possuía pouca legitimidade socialmente e que renunciou do cargo em 2024, em meio a um aprofundamento da crise e instabilidade social.

Um Estado esvaziado em seu papel institucional, da promoção de políticas públicas e de amparo social – esvaziamento este, característico das proposições de um modelo de Estado neoliberal – como aquele proposto por Hayek e outros teóricos do neoliberalismo, mas inflado nas garantias de funcionamento dos interesses do mercado, aqui materializados pelos interesses desses diversos atores – no qual, parece-me, que o Haiti segue sendo um laboratório de experimentação extrema desse modelo. Sem contar os impactos nas organizações da sociedade civil haitianas, que possuem atuação importante, e são, muitas vezes, invisibilizadas nesse processo. Diante desse cenário, temos uma população, que historicamente sempre resistiu, e segue resistindo, mas que vem sendo desprovida dos seus direitos mais fundamentais e que vem sofrendo, diariamente, com os impactos da violência que assola o país.

Violência expressiva, controle territorial e seus impactos sobre as mulheres haitianas

De acordo com dados publicados pelo portal de notícias da Organização das Nações Unidas (ONU News)⁷, em outubro de 2025, o número de deslocamentos forçados no Haiti atingiu um nível recorde, registrando um aumento de 36% em relação ao final de 2024. A reportagem apresenta dados de um relatório recente produzido pela Matriz de Acompanhamento de Deslocamentos (DTM), da Organização Internacional para as Migrações (OIM), segundo o qual aproximadamente 1,4 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar e abandonar suas residências em 2025, como consequência direta do aumento da violência de grupos armados e da instabilidade no país, sendo mulheres e crianças as maiores vítimas desses deslocamentos, representando mais da metade das pessoas deslocadas⁸.

⁷ Deslocamentos no Haiti atingem nível recorde | ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2025/10/1851263>>. Acesso em: 01 ago. 2026.

⁸ Deslocamentos no Haiti atingem nível recorde | ONU News. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2025/10/1851263>>. Acesso em: 01 ago. 2026.

Os dados revelam um cenário alarmante: antes concentrada na capital, Porto-Príncipe, a violência armada passou a se expandir para outros territórios fora da zona central, atingindo departamentos como o Centro e o Artibonite, ao norte da capital⁹ e zonas que antes eram consideradas seguras. As pessoas deslocadas estão concentradas em municípios vizinhos à Porto Príncipe e são acolhidas por famílias e comunidades locais, em estruturas precárias, superlotadas e com acesso reduzido a bens e serviços fundamentais, como água potável, saneamento e assistência médica¹⁰. Segundo a Organização Internacional para Migração (OIM), diante desse cenário de insegurança extrema, muitas crianças acabam sendo enviadas pelos próprios pais para regiões afastadas da capital, normalmente para ficar sob os cuidados de outros familiares, como tentativa de proteção. Essa prática, contudo, evidencia a permanência da violência como elemento desestruturante da vida cotidiana, produzindo estratégias familiares de sobrevivência em meio a situação de catástrofe cotidiana.

Segundo avaliações das Nações Unidas¹¹, os grupos criminosos armados controlam por volta de 85% a 90% da capital do país, Porto Príncipe. Esses grupos atuam controlando rodovias, bairros e o acesso a serviços básicos, como alimentação, serviços educacionais e de assistência humanitária. Entre suas práticas, destacam-se os sequestros, homicídios e a violência sexual sistemática, como forma de aterrorizar as comunidades locais e impor sua dominação territorial.

Além disso, segundo relatório publicado em março de 2026 pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (OHCHR), o controle territorial por parte de grupos criminosos segue se expandindo e a violência envolve diversos grupos, como gangues, forças de segurança, grupos de segurança privada, além do surgimento de grupos de autodefesa. O relatório traz dados alarmantes, expondo que, entre 1 de março de 2025 e 15 de janeiro de 2026, pelo menos 5.519 pessoas foram mortas e 2.608 ficaram feridas nos confrontos entre esses atores, sendo 3.497 mortes nas operações de forças de segurança contra as gangues¹² – pontuando também a ocorrência de execuções sumárias e uso desproporcional da força pelas forças de segurança¹³. Já em relação à violência contra mulheres, o relatório aponta que entre 1 de março de 2025 a 31 de dezembro de 2025, pelo menos 1.571 mulheres e meninas foram vítimas de violência sexual, sendo a maioria estupros perpetrados pelas gangues. Além disso, segundo o mesmo relatório, os grupos criminosos também atuam traficando, sequestrando, explorando crianças e envolvendo-as nas atividades criminosas.

⁹ **Deslocamentos no Haiti atingem nível recorde | ONU News.** Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2025/10/1851263>>. Acesso em: 01 ago. 2026.

¹⁰ **INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (OIM).** Over 1.4 Million Displaced in Haiti as Gang Violence Pushes Crisis to Unprecedented Levels. 6 mar. 2026. Disponível em: <<https://haiti.iom.int/news/over-14-million-displaced-haiti-gang-violence-pushes-crisis-unprecedented-levels>>. Acesso em 13 ago. 2026.

¹¹ PTEDITOR. **Haiti: Uma população com medo da violência brutal de gangues.** Nações Unidas - ONU Portugal, 16 jun. 2026. Disponível em: <<https://unric.org/pt/haiti-uma-populacao-com-medo-da-violencia-brutal-de-gangues/>>. Acesso em: 06 ago. 2026

¹² OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Gangs expand reach in Haiti amid persistent deadly violence – UN Human Rights Office report. mar. 2026. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/03/gangs-expand-reach-haiti-amid-persistent-deadly-violence-un-human-rights>>. Acesso em 07 ago. 2026.

¹³ O relatório expõe também a presença de empresas privadas de segurança contratadas pelo governo haitiano.

Artigo Article

Em sua obra *“Une guerre mondiale contre les femmes: des chasses aux sorcières au féminicide”* (2021)¹⁴, uma das teses de Silvia Federici – ao analisar a relação entre mundialização, acumulação de capital e violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva internacional e histórica – é que estamos presenciando uma intensificação das formas de violência contra as mulheres, principalmente contra as mulheres afrodescendentes e indígenas (Federici, 2021). Segundo Federici, isso ocorre porque a mundialização representa um processo de recolonização política, que tem como intuito oferecer ao capital um controle incontestável sobre as riquezas naturais, bem como sobre o trabalho humano. Como as mulheres são responsáveis pela reprodução da sua comunidade, esse processo não seria possível sem o controle sobre as mulheres (Federici, 2021).

“Naturalmente, a violência contra as mulheres tem sido mais intensa nessas regiões do mundo (África Subsaariana, América Latina, Sudeste Asiático) que são mais ricas em recursos naturais e onde a luta anticolonial foi mais intensa. Maltratar as mulheres é essencial para o funcionamento dos “novos enclosures”. Isso abre caminho para confiscações de terras, privatizações e guerras que devastam regiões inteiras há anos.” (Federici, 2021, p. 82, tradução nossa).

A antropóloga Rita Laura Segato, no seu livro *“La Guerre aux Femmes”* (2022), apresenta no primeiro capítulo um estudo profundo a respeito da violência contra as mulheres, analisando o caso de Ciudad Juárez, cidade no norte do México que faz fronteira com os Estados Unidos, e que, desde 1993, é acometida por inúmeros casos de feminicídios e assassinatos. De acordo com Segato (2022) essas violências fazem parte de um universo de sentidos entrelaçados e que estão diretamente relacionados à ordem histórica.

“Nessa ordem contemporânea mais do que terrível — pós-moderna, neoliberal, pós-estatal e pós-democrática —, o barão é agora capaz de controlar de forma quase absoluta seu território, como consequência lógica da acumulação desenfreada de capital, característica da região fronteira, exacerbada pela globalização da economia e pela regulamentação flexível do mercado neoliberal atual. Sua única força reguladora reside na ganância e no poder predatório de seus concorrentes: os outros barões da região.” (Segato, 2022, n.p., tradução nossa).

De acordo com Segato, contextos de decadência de uma ordem nacional, de desnacionalização e neoliberalismo, tendem a favorecer o surgimento de mecanismos de controle e um poder local de caráter autoritário, como uma espécie de “totalitarismo provincial” (Segato, 2022, n.p. tradução nossa). As práticas de violência extrema, muito presente no modo de operação desses grupos, se configuram, segundo Segato (2022), como atos de comunicação, que tem como intuito aterrorizar as mulheres e toda a comunidade em que ela

¹⁴ Tradução nossa: Uma Guerra Mundial contra as Mulheres: da caça às bruxas ao feminicídio. A versão lida é a versão francesa (2021).

se insere, e dessa forma, o corpo das mulheres passa a ser incorporados à lógica de dominação e soberania territorial, tornando-se um espaço sobre o qual esse poder é exercido. Nessa lógica, o corpo das mulheres se transforma em corpo-território (Segato, 2022), que, assim como ocorre em territórios em guerra, podem ser anexados e apropriados através da violência brutal.

“Na linguagem do feminicídio, o corpo feminino também significa “território”, e sua etimologia é tão arcaica quanto recentes são as suas transformações. Que o corpo da mulher seja anexado como parte do país conquistado constitui um elemento fundamental da linguagem das guerras, sejam elas tribais ou modernas. A violência sexual que lhe é infligida expressa o ato de apropriação e subjugação quando fecunda o corpo-território da mulher.” (Segato, 2022, n.p., tradução nossa).

Na visão de Segato, embora essa violência seja praticada por meios sexuais, o seu objetivo está relacionado está diretamente relacionado a ordem do poder, que busca se expressar, se exhibir e se consolidar de maneira cruel através de uma violência expressiva (Segato, 2022, n.p.). O conceito de violência expressiva proposto por Segato (2022) compreende que um dos objetivos da violência feita por esses grupos criminosos é expressar o controle absoluto de uma vontade sobre a outra, em uma lógica de dominação, de soberania e de controle, que, além de dominar a vítima fisicamente, também a subordina moral e psicologicamente (Segato, 2022, n.p.).

“Sob um regime de soberania, alguns estão destinados a morte para que o poder soberano grave sua marca em seus corpos; nesse sentido, a morte desses escolhido(a)s para representar o drama da dominação é uma morte expressiva não uma morte utilitária (Segato, 2022, n.p.)”.

Embora Segato (2022) desenvolva sua análise a partir de uma pesquisa etnográfica em Ciudad Juárez, sua formulação acerca dos significados profundos da violência contra as mulheres permite lançar luz sobre o que vem ocorrendo no Haiti. As categorias analíticas apresentadas por Segato, sobretudo a de violência expressiva, nos permite interrogar esse fenômeno, como ele ocorre e se reproduz socialmente. Isso nos permite compreender que tais que a atuação desses grupos criminosos só é possível por conta de uma grande impunidade e corrupção, operando através uma rede muito bem articulada e com grande contingente de pessoas e recursos, que os permite atuar através da chantagem, da intimidação das comunidades locais, do controle territorial e impondo o terror nos territórios ocupados, e conseqüentemente, impondo esse mesmo terror sobre os corpos das pessoas que habitam esse território, sobretudo mulheres e meninas.

O crescimento alarmante dos casos de violência sexual e estupros coletivos contra mulheres e meninas no Haiti, ocorre sobretudo em áreas com baixa presença estatal e forte domínio de gangues e grupos armados, utilizando a violência sexual e torturas como

Artigo Article

forma de afirmar seu poder local. Além disso, as mulheres também sofrem com sequestros, também associados a atuação desses grupos armados¹⁵. É importante destacar que a expansão desses ocorre, segundo o cientista político Frédéric Thomas (2026)¹⁶, sobretudo, a partir de 2018, com o escândalo de corrupção da PetroCaribe¹⁷, que levou a grandes manifestações populares, exigindo entre outros motivos, o fim da corrupção e da impunidade no país. Segundo Thomas, a repressão estatal foi brutal e gerou diversos massacres, estupro coletivos e mortes, em novembro de 2018. Como resultado, houve uma ascensão e ganho de poder dos grupos armados, instrumentalizados pelos próprios políticos do país, deixando o Haiti, em uma situação de guerra contra sua própria população que perdura até os dias de hoje (Thomas, 2026).

A ausência de acesso a serviços básicos e a estruturas jurídicas de proteção coloca a população em uma situação de abandono quase absoluto, deixando-a exposta a violência exercida por grupos criminosos locais. Visto que a capital Porto Príncipe se encontra quase na sua totalidade ocupada por grupos criminosos, até a circulação de alimentos passa a sofrer com os efeitos da violência. De acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), publicado em abril de 2026, cerca de 5,83 milhões de haitianos se encontram em condição de insegurança alimentar aguda, o que representa 52% da população do país¹⁸. O relatório relaciona essa situação a quatro fatores principais: a violência ligada aos grupos armados que impactam a circulação de pessoas, bem como bens e serviços; choques econômicos; choques climáticos; e uma produção agrícola deficitária.

Em meio a esse cenário, os Haitianos continuam presos em uma rotina marcada pelo medo e pela incerteza. Os tiroteios, sequestros, e violência contra a população, em particular contra as mulheres produzem um quadro de profunda vulnerabilidade social, marcada pela insegurança, pela restrição de direitos e criando uma atmosfera em que até mesmo projetar perspectivas de futura se tornam mais restritas, considerando as constantes obstruções das tentativas de autodeterminação por parte da população e da sociedade civil do país.

Considerações Finais

Esse artigo buscou analisar a conjuntura haitiana contemporânea a partir de uma perspectiva histórico-estrutural, articulando as sucessivas intervenções estrangeiras, im-

¹⁵ Haïti : l'ONU réclame une action immédiate face à la recrudescence des violences sexuelles liées aux gangs | ONU Info. Disponível em: <<https://news.un.org/fr/story/2025/06/1156176>>. Acesso em: 06 ago. 2026.

¹⁶ THOMAS, Frédéric. Comment penser la "malédiction" d'Haïti ? Disponível em: <<https://www.radiofrance.fr/franceculture/podcasts/questions-du-soir-l-idee/comment-penser-la-malediction-d-haiti-5942957>>. Acesso em: 14 ago. 2026.

¹⁷ O PetroCaribe diz respeito a um acordo de cooperação energética entre os países caribenhos e a Venezuela, iniciado em 2005. O Haiti ingressou em 2006.

¹⁸ **Plus de la moitié des Haïtiens toujours confrontés à une insécurité alimentaire aiguë: le gouvernement et ses partenaires appellent à redoubler les efforts pour protéger les acquis.** Disponível em: <<http://www.fao.org/newsroom/detail/more-than-half-of-haitians-still-facing-acute-food-insecurity--government-and-partners-urge-intensified-efforts-to-safeguard-progress/fr>>. Acesso em: 12 ago. 2026.

posição neoliberal e seus impactos político-econômicos e sociais, com especial atenção às violências sofridas pelas mulheres. Argumentou-se que a crise atual não pode ser compreendida como um fenômeno conjuntural ou exclusivamente interno, mas como resultado de um longo processo social e histórico marcado pela tentativa de independência do Haiti através do processo revolucionário (que nunca foi aceita pelos países do centro), sucessivas ingerências externas (militares e humanitárias), fragilidade institucional e pela inserção subordinada do Haiti no sistema-mundo capitalista.

A análise evidenciou que os efeitos desse contexto de violência exacerbada se manifestam de maneira particularmente violenta na vida cotidiana da população, sobretudo através da violência armada, que provoca deslocamentos forçados e insegurança em todos os aspectos da vida cotidiana, bem como o colapso da oferta de serviços básicos. Nesse cenário, mulheres emergem como um dos grupos mais afetados, revelando o caráter também generificado da crise haitiana. A partir do diálogo com autoras como Silvia Federici (2021) e Rita Laura Segato (2022), foi possível compreender como a violência, longe de ser episódica, se torna um elemento da vida social, atravessada por relações patriarcais, e ostentatórias, conectada a uma dinâmica de controle territorial. A violência que vem afetando toda a população e, em particular, as mulheres no Haiti expressa, assim, a convergência entre colapso estatal, violência armada e reprodução de hierarquias sociais e de gênero. A violência sexual, em particular, aparece não apenas como um crime individual, mas como uma estratégia política de dominação, controle territorial e intimidação das comunidades locais, reforçando a leitura da violência como linguagem e como expressão de poder em contextos de liberalização e de profunda fragilidade institucional.

Conclui-se, portanto, que a crise haitiana contemporânea é inseparável das dinâmicas globais do capitalismo neoliberal e das assimetrias de poder que estruturam o sistema-mundo. Suas consequências recaem de forma desigual sobre os corpos e as vidas das populações mais vulnerabilizadas, em especial, mulheres. Reconhecer essa dimensão não é apenas um exercício analítico ou teórico, mas deve ser um passo inicial para refletir sobre a relação do mundo com o Haiti, sobretudo os países ocidentais; mas igualmente para construir uma relação com o Haiti que não seja pautada pela tutela ou abordagens militares e estritamente "humanitárias", mas sim de uma abordagem que reconheça os haitianos como sujeitos de direito no plano nacional e internacional, que os deixe livres fazer suas escolhas políticas enquanto nação soberana que proclamou a sua própria independência em 1804, e que os permita avançar em direção à justiça social, à autodeterminação e ao reconhecimento pleno dos direitos fundamentais no Haiti.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Everaldo Oliveira. **A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano**. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n. 20, p. 173–196, 2016. Disponível em: <<https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/2492>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CASIMIR, Jean; MIGNOLO, Walter D. **The Haitians: A Decolonial History**. Trad. Laurent Dubois. 1. ed. [s.l.]: University of North Carolina Press, 2020.

CÔTÉ, Denyse. **Haïti : l'imaginaire néo-colonial**. Nouveaux Cahiers du socialisme, 2015, 13, pp.95-101.(hal01528854)

Deslocamentos no Haiti atingem nível recorde. ONU News, 16 out. 2025. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2025/10/1851263>>

DUBOIS, Laurent. **Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution**. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 2004.

FEDERICI, Silvia; DOBENESQUE, Étienne. **Une guerre mondiale contre les femmes: des chasses aux sorcières au féminicide**. Paris: la Fabrique éditions, 2021.

Haïti : l'ONU réclame une action immédiate face à la recrudescence des violences sexuelles liées aux gangs | ONU Info. Disponível em: <<https://news.un.org/fr/story/2025/06/1156176>>. Acesso em: 06 ago. 2026.

Haïti : l'ONU réclame une action immédiate face à la recrudescence des violences sexuelles liées aux gangs. ONU News, 6 abr. 2025. Disponível em: <<https://news.un.org/fr/story/2025/06/1156176>>

“Há países que nunca permitirão que nós, haitianos, dirijamos o Haiti”. Entrevista com Jean Casimir. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/628981-ha-paises-que-nunca-permitirao-que-nos-haitianos-dirijamos-o-haiti-entrevista-com-jean-casimir%E.>>. Acesso em: 17 ago. 2026.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (OIM). Over 1.4 Million Displaced in Haiti as Gang Violence Pushes Crisis to Unprecedented Levels. 6 mar. 2026. Disponível em: <<https://haiti.iom.int/news/over-14-million-displaced-haiti-gang-violence-pushes-crisis-unprecedented-levels>>. Acesso em 13 ago. 2026.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOSEPH, Wisly. **História da crise sócio-política do Haiti: como tudo chegou ao ponto atual? Le Monde Diplomatique Brasil**, 18 maio 2023. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/historia-da-crise-socio-politica-do-haiti-como-tudo-chegou-ao-ponto-atual/>>

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada**. Portugal: Edições Pedagogo, 2014.

_____. **Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

_____. **Crítica da Razão Negra**. [s.l.]: N-1 Edições, 2022.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). **Gangs expand reach in Haiti amid persistent deadly violence – UN Human Rights Office report**. mar. 2026. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2026/03/gangs-expand-reach-haiti-amid-persistent-deadly-violence-un-human-rights>>. Acesso em 07 ago. 2026.

Plus de la moitié des Haïtiens toujours confrontés à une insécurité alimentaire aiguë: le gouvernement et ses partenaires appellent à redoubler les efforts pour protéger les acquis. FAO. Disponível em: <<http://www.fao.org/newsroom/detail/more-than-half-of-haitians-still-facing-acute-food-insecurity--government-and-partners-urge-intensified-efforts-to-safeguard-progress/fr>>. Acesso em: 12 ago. 2026.

PTEDITOR. **Haiti: Uma população com medo da violência brutal de gangues**. Nações Unidas - ONU Portugal, 16 jun. 2026. Disponível em: <<https://unric.org/pt/haiti-uma-populacao-com-medo-da-violencia-brutal-de-gangues/>>. Acesso em: 06 ago. 2026.

SEGATO, Rita Laura. **La Guerre aux femmes**. Paris. Éditions Payot & Rivages, 2022. E-book.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: Dilemas e Fracassos Internacionais**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2014.

_____. **O buraco negro da consciência ocidental**. Letras de Hoje, v. 50, n. 5, p. 62, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23140>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

THOMAS, Frédéric. **Comment penser la “malédiction” d’Haïti ?** Entrevista com Frédéric Thomas. Podcast. France Culture. Disponível em: <<https://www.radiofrance.fr/franceculture/podcasts/questions-du-soir-l-idee/comment-penser-la-malediction-d-haiti-5942957>>. Acesso em: 14 ago. 2026.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. 1. ed., 1. reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. Text ed. New York: Academic Press, 1974.

Como citar:

GOMES, Alice Maria dos Santos; RIVERO, Patricia S. Para além da instabilidade no Haiti: intervenção internacional, neocolonialismo, violência e os impactos sobre as mulheres. Revista Metaxy, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v.7, n. 71, p.44-60, 2026. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>